

## O mistério dum letreiro suspeito

José d'Encarnação<sup>1</sup>

### Resumo

O letreiro patente na parede de uma casa em Vila Nova da Baronia, no concelho de Alvito, constitui o epitáfio, em latim, duma flamínica perpétua da cidade dos Mirietanos. O mistério que envolve o seu aparecimento em meados do século XVIII e o facto de esse epitáfio estar escrito em caracteres que não são de época romana têm suscitado dúvidas acerca do valor documental dessa epígrafe. Procurar-se-á, neste ensaio, fazer o ponto da situação desse tema, sugerindo propostas para o seu melhor esclarecimento.

**Palavras-chave:** flamínicas, Via Nova da Baronia, Alvito, cópia de inscrições.

---

<sup>1</sup> Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área de História Antiga e Arqueologia. Membro do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Membro do Centro de Investigação Doutor Joaquim Veríssimo Serrão; Académico de mérito da Academia Portuguesa da História; Académico correspondente da Real Academia de la Historia (Madrid) e da Academia das Ciências de Lisboa. Especializou-se em Epigrafia Latina, domínio em que a sua obra é reconhecida internacionalmente. Página: [http://www.ua.es/personal/juan.abascal/encarnacao\\_jose\\_de.html](http://www.ua.es/personal/juan.abascal/encarnacao_jose_de.html)

## Abstract

The epitaph of a *flaminica civitatis Mirietanorum* inserted in the wall of an house at Vila Nova da Baronia (Alvito) in the South of Portugal (the Roman *Conventus Pacensis*), near Beja (the Roman *Pax Iulia*), is very suspicious, because we don't know exactly in what circumstances it was found and because the palaeography of the text hasn't the Roman characteristics. Then, in this essay, we try to do the point of the situation of this research and we propose the way to a better acknowledge of his historical contribute.

**Key-words:** *flaminicae*, Via Nova da Baronia, Alvito, inscriptions' copy.

Mantém-se incrustada numa parede junto à capela do Senhor dos Passos, em Vila Nova da Baronia, localidade do concelho de Alvito, distrito de Beja, a inscrição que chegou a considerar-se testemunho de uma flaminica. Aliás, até o momento em que estas laudas se redigem, está incluída na base de dados EDCS sob o nº 11901390.

De facto, se, num primeiro momento, D. Fernando de Almeida (1970) duvidou da sua autenticidade, inclinou-se depois para a possibilidade de se estar perante uma epígrafe romana que documentava a existência de mais uma flaminica «da bacia do Sado»:

«Concluo, portanto, haver bastantes probabilidades de estarmos mais em presença de um monumento autêntico de que de um falso» (p. 380).

Através de miúda análise paleográfica e textual, propôs-se José d'Encarnação a pugnar pela sua não-autenticidade (1971-1975, pp. 59-62). Esse texto, conforme teria ocasião de assinalar em IRCP p. 300, saiu com inúmeras gralhas e sem as necessárias ilustrações, pelo que

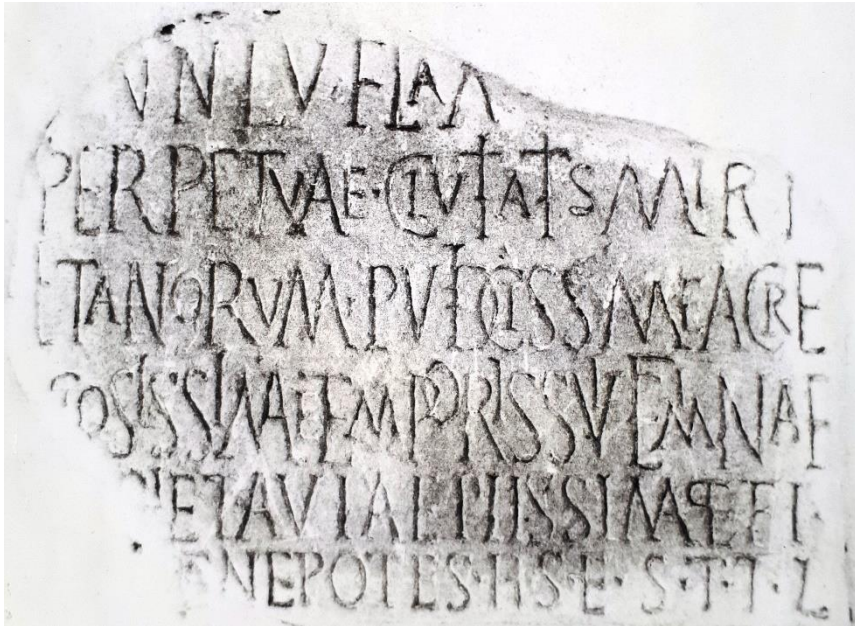
procurou sanar esses lapsos na versão que viria a disponibilizar *on line*:  
<http://hdl.handle.net/10316/23415>.

Atendendo aos meios de que ora se dispõe para uma análise epigráfica mais consistente, meios a que, há meio século, os referidos autores não tiveram acesso, quiçá não seja despidendo voltar a reflectir sobre este monumento, nomeadamente porque, se a referência a uma *flaminica perpetua* até poderia ser explicável, dado o conhecimento do monumento à *flaminica perpetua Flavia Rufina* (IRCP 183) – achado relativamente perto de Vila Nova da Baronia, concretamente na ermida de peregrinação de S. João dos Azinhais, a caminho do Torrão –, a alusão a uma *civitas Mirietanorum*, só conhecida através deste texto, causa perplexidade: donde terá vindo a ‘inspiração’ para o redactor do texto?

Propomo-nos, por conseguinte, a dar conta do que se tem escrito acerca deste enigmático letreiro, com vista a obter-se a possível clarificação quanto à cronologia que lhe deva ser atribuída.

## 1. O letreiro

Trata-se, possivelmente, de uma placa, cuja espessura se desconhece e também por esse motivo, porque da pedra, que se saiba, não há notícia de ter sido vista inteira, se opta por não lhe dar uma classificação morfológica segura. Haja em vista, a esse propósito, a conhecida inscrição do *medicus Pacensis* que esteve durante séculos incrustada numa parede em Santiago do Cacém, com apenas o letreiro à vista e que, afinal, não era uma placa, como se supusera, mas sim uma ara de boas dimensões (Encarnação 1993, p. 316). É de calcário, não tendo ainda sido possível determinar a zona donde esse calcário poderá ter sido extraído. O que está à mostra mede 37 x 50 cm nas suas dimensões máximas, na medida em que se apresenta irregularmente recortada, não havendo possibilidade, enquanto não for retirada, de saber se há qualquer vestígio de moldura.



O texto – cujas letras variam entre 3 e 5,5 cm de altura tem sido assim transcrito, segundo IRCP, p. 300:

[...] / [A]NN(orum) · LV (quinque et quinquaginta) ·  
FLAM[INICAE] / PERPETVAE · CIVITATIS MIRI/ETANORVM ·  
PVDICISSIME AC RE<sup>5</sup>LIGIOSISSIMAE TEMPORIS SVI FEMINAE /  
[MAT]RI ET AVIAE PISSIMAE FI/[LII?] [E]T NEPOTES · H(ic) · S(ita) ·  
E(st) · S(it) · T(ibi) · T(erra) L(evis)

O que significaria:

A ..., de cinquenta e cinco anos, flamínica perpétua da cidade dos Mirietanos, mulher modelo de pudicícia e de religiosidade do seu tempo; os filhos (?) e os netos à mãe e avó modelo de piedade. Aqui jaz. Que a terra te seja leve.

Aproveite-se para corrigir uma distração do autor de IRCP: não é flamínia, mas flamínica a designação das sacerdotisas do chamado

culto imperial; por flamínia se designam os bens ou os atributos duma flamínica.

Quanto à paleografia, dir-se-á que o traçado dos caracteres não obedece minimamente às regras romanas conhecidas e já José d'Encarnação referiu (1971-1975, p. 61) o seu possível paralelismo – nomeadamente no que concerne aos nexos e inclusões de letras, não registados na epigrafia romana original – com a epígrafe de *Voconius Paullus*, que se guarda em Évora, no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, seguramente gravada em época muito posterior à romana, com base num texto referido por André de Resende. Na verdade, bastará observar, a título de exemplo, o modo como estão grafadas as palavras CIVITATIS e TEMPORIS – veja-se de novo a fig. 1 – para não haver dúvida quanto à exclusão deste letreiro de uma cronologia romana.

Fica, porém, a questão: ¿será cópia – evidentemente não rigorosa – de um letreiro antigo? ¿Essa suspeita, que se tem levantado em relação aos monumentos que estão no Museu de Évora, poderá aplicar-se aqui?

## 2. O Padre Francisco José Oliveira

Para esclarecer a questão, importava saber desde quando havia notícia desta epígrafe.

Quiçá a primeira data de 1763. O Padre João Bautista de Castro, na 2ª edição do seu *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, anota nas «Correcções e adicções» ao tomo II que aí devia incluído, na p. 2, n. 2, no rol dos templos antigos, «o templo de *Diana* erecto no sítio onde está a Igreja de S. Águeda, termo de Vila Nova da Baronia, cuja inscrição ali achada fez conduzir o sobredito Fr. Francisco de Oliveira, incansável indagador da antiguidades do Reino para o frontispício da nova casa do despacho da Misericórdia da mesma vila em o ano de

1761». Segundo Jorge Feio, essa informação ter-lhe-ia sido veiculada, em carta, pelo próprio Francisco de Oliveira.

Corrige-se, por consequência, desde já a sugestão de o letreiro poder ter sido obra de André de Resende, como ponderara José d'Encarnação, com a seguinte justificação (1971-1975, pp. 60-61):

«Objectar-se-á: André de Resende não se lhe refere. Nem era preciso – estava bem à vista, junto duma capela de tradicional devoção popular. O tempo se encarregaria de a dar a conhecer. Referir-se-lhe poderia ser contraproducente – A. de Resende sabia da sua actividade».

O certo é que passaram depois por essa zona notáveis investigadores de antiguidades, como Pérez Báyer e Cornide, que tiveram sempre o cuidado de deixar mui miúdo relato do que de mais importante observavam. Assim, conhece-se de José Cornide o seguinte apontamento, datado, mui provavelmente, de 1798-1800, sob o título «Vilanoba de Baronia»:

«En este Pueblo situado en la margen del río Enjarrama dice el Padre Francisco da Oliveira, citado por Castro en las adiciones al tomo 2º de su Mapa, que hubo un templo dedicado a Diana y que estaba situado adonde hoy la iglesia de Santa Águeda en el término de dicha villa y que la inscripción de donde se colegía la hizo colocar el citado Padre en el frontispicio de la nueva casa del Despacho de la Misericordia de dicha villa, que me parece cae entre Alvito, Viana y Torraom» (apud Abascal y Cebrian 2009, p. 404).

A eventual observação dessa epígrafe não lhe terá suscitado, porém, nenhuma curiosidade, porque, tendo-se referido à que está sobre a porta da igreja de Cuba (IRCP 334), que viu no princípio de Dezembro de 1798, no mesmo lugar em que Pérez Bayer a vira a 7 de Novembro de 1782, seguiu, sem mais detença, de Cuba para Aguiar e Viana do Alentejo (*ibidem*, p. 438), sem preocupação sequer de indagar onde é que ficava mesmo Vila Nova da Baronia – e que, na verdade, até lhe poderia ficar a caminho. Ao invés, essa inscrição de Cuba merecera-lhe atenção e claramente observou que o seu restauro fora obra do referido Padre Francisco de Oliveira.

A citada informação do Padre João Batista de Castro é transcrita *ipsis verbis* por Pinho Leal, s. v. «Vila Nova da Baronia», acrescentando: «Não sabemos se ainda lá se encontra» (1886, p. 807).

Defendeu Marta Páscoa, em 2002, a dissertação de Mestrado em que, enquadrando-a no âmbito da escrita da História Regional e Local no século XVIII, estudou minuciosamente a actividade de Frei Francisco de Oliveira. Das conclusões a que chegou, importará respigar alguns aspectos:

1º) Para além da informação dada a conhecer por Padre João Bautista de Castro, seguramente transmitida por carta, Frei Francisco não se refere noutro local à epígrafe, que documentava, segundo ele, a existência, em Vila Nova da Baronia, de um templo à deusa Diana.

2º) Também se não encontra menção ao seu cuidado em copiar a inscrição de Cuba. Neste aspecto, Marta Páscoa comenta:

«Sabemos que Fr. Francisco de Oliveira restaurou lápides e talvez o fizesse também "à semelhança de Resende", mas o que é facto é que nunca pretendeu que passassem por originais, gravando nelas sempre as suas iniciais». (o. c., p. 163).

Isso fez, como se viu, na inscrição de Cuba (IRCP 334).

3º) O conteúdo concreto da inscrição de Vila Nova da Baronia nunca terá sido alvo da atenção do frade. Para ele, provava a existência de um templo a Diana, prévio à construção, eventualmente sobre as suas ruínas, da capela a Santa Águeda – e nada mais lhe interessou. Isso pode deduzir-se, por exemplo, da passagem das suas *Memorias para a Historia da Provincia do Alentejo*, que Marta Páscoa transcreve na p. 41 do II volume (Apêndice Documental) da sua dissertação:

«Havia também sacerdotizas e em dous mármores as encontro, Galacalchisia e Tamilia Maerina, aquela vi em 1735 na parede exterior das escadas que sobem para a igreja da Senhora do Bispo em Montemor-O-Novo».

Ora, se se interessou por *Memoria Calchisia*, que nada tinha a ver com a sua Beja, pois a sua inscrição está em Montemor-o-Novo, mais haveria de se interessar por uma flamínica susceptível de vir a trazer nova luz sobre a importância da região na época romana. Aliás, como salienta Marta Páscoa (p. 154), no que se prende com a sua escolha de fontes, o frei «para o período romano baseia-se em Resende, mas vai mais longe. Tenta saber se certos vestígios apontados por Resende ainda existem – como o caso do arco, por ex. Procura ele próprio lápides e interessa-se por tudo o que entretanto é descoberto, de maneira que a sua História vai bem mais além do que a mera compilação de factos referidos por outros autores. As *Memórias para a História da Província do Alentejo* estão cheias de inscrições epigráficas, na parte que diz respeito ao período romano».

4º) Salientem-se, nesse âmbito, os dados mui oportunamente fornecidos por Marta Páscoa, nomeadamente quando põe a questão «foi Fr. Francisco de Oliveira um "imitador" de Resende?», este no louvor a Évora, aquele na defesa intransigente da gloriosa antiguidade de Beja (recorde-se que se travou na época a magna questão de se querer identificar Pax Iulia com Badajoz – cf. Gonçalo Xavier d'Alcáçova). Responde Marta Páscoa (p. 162):

«[...] Não acreditamos que Fr. Francisco de Oliveira tenha seguido o exemplo do seu mestre no que diz respeito à falsificação de lápides. Acreditamos até que, devido à sua falta de aprofundados conhecimentos epigráficos, por ser um pouco ingénuo e por grande respeito à personagem de quem se considerava imitador, ele não tenha percebido que André de Resende dava essas pequenas "ajudas" às teses que pretendia provar. Mas é curioso que, em certa medida ele coloca em causa o discurso de Resende».

Aliás – já a historiadora o frisara antes (p. 158) – não teria o frade conhecimentos específicos para compreender cabalmente uma inscrição:



«Embora calculemos que tenha aprendido latim aquando da sua formação religiosa, só isso não era suficiente para interpretar correctamente uma lápide».

Isso não significa que não procurasse ter o maior rigor histórico, coligindo as fontes possíveis. Na 4.<sup>a</sup> carta a D. António Caetano de Sousa, de que Marta Páscoa se faz eco nas pp. 148-149, escreveu:

«E a mim me aconteceu mandar a huma terra copiar certo letreiro escrevendo a diversos sугeitos sem huns saberem dos outros e cada hum veyo de sua forma differente. E conhecendo na mesma variedade o engano fuy lá de propóxito mandando alimpar e lavar muito bem a pedra e entam a trouxe da mesma sorte em que está».

Da inscrição a Diana, de Vila Nova da Baronia, é que não terá tido tempo de copiar fielmente o que nela se lia...

### **3. O 'reencontro' da epígrafe**

#### **3.1. Abel Viana**

E – que se saiba – não mais houve quem se preocupasse com a epígrafe até aos primórdios da década de 40 do século passado. Deve-se, na verdade, a Abel Viana (1946, pp. 81-82) a notícia da sua existência numa «das paredes da residência paroquial de Vila-Novada-Baronia», acrescentando:

«Foi, há pouco, avivada de negro, mas sem prejuízo dos caracteres, conforme parece. Pode, todavia, não ser rigorosa a leitura que atrás fica. Segundo opinião de um nosso ilustre epigrafista, a inscrição é de autenticidade duvidosa, podendo tratar-se de falsificação antiga».

Esse epigrafista foi, sem dúvida, D. Fernando de Almeida, que escreverá um artigo sobre o assunto, como de seguida se verá.

Abel Viana incluiu este monumento epigráfico no rol das inscrições do aro de Beja, não apenas as que estavam no seu museu, mas também as dos arredores. Explicita desde logo que se tratará «da memória tumular mandada fazer pela avó, netos e mais alguém, de uma flamínia da cidade de Miri...lta, a qual flamínia foi, segundo a inscrição, «a mais pudica e religiosa mulher do seu tempo». E não deixa de nota «as geminações, inclusões e sobreposições de letras», embora não teça sobre essa característica comentário algum.

A leitura apresenta, de facto, algumas falhas (algumas motivadas, certamente, mais por gralhas tipográficas do que por lapsos concretos). Não foi a avó um dos dedicantes, como facilmente se deduz; e flamínia deve entender-se como flamínica.

### **3.2. D. Fernando de Almeida**

O texto intrigara, decerto, D. Fernando de Almeida, como o título do seu artigo (1970) o dá logo a entender e que substancia na pergunta: «[...] Não serão flamínicas perpétuas a mais para um mesmo território?» (p. 378).

Opina que as letras são «do final do Império» (p. 377); compara-as com as das inscrições falsificadas por Resende e conclui pela sua não-identidade; confirma que «a pedra é calcária» e a inscrição é funerária (p. 379), dela dando as seguintes medidas, na parte visível: 37 cm na altura máxima e 50 de largura, variando o tamanho das letras entre 5,5 e 3 cm.

Após apresentar a leitura, cujo conteúdo resume, aborda a questão da localização da *civitas*:

«Seria a povoação principal da “civitas” dos Mírietanos uma das trinta e sete estependiárias de que fala Plínio (*N. H. IV-117*) ou nunca terá existido nem ‘povo’ nem, portanto, capital do grupo étnico?»

Conclui:

«Em resumo [...] não temos provas evidentes de se tratar de mais uma inscrição falsa. A favor desta última hipótese, está o texto: mais uma flamínica em uma área onde já haviam aparecido duas, e referidas ambas por André de Resende. O excesso de superlativos e de nexos, mas sobretudo o inferir-se pelo texto de ter sido feito pelo menos algum tempo depois do falecimento (“temporis sui”) não é o habitual.

Naturalmente, pode tudo estar certo, mas é de pôr, ao menos, uma reticência.

Por outro lado, o tipo da letra é correcto: por ele podemos datar a inscrição do final do Império. Resende usou letra mais clássica e se a tivesse inventado, mesmo com a letra que tem, a ela se teria referido. E, que saibamos, não o fez.

Concluo, portanto, haver bastantes probabilidades de estarmos mais em presença de um monumento autêntico do que de um falso» (pp. 379-380).

### **3.3. José d’Encarnação**

Tanto a cópia da inscrição de Cuba como a de Vila Nova da Baronia viriam a ser objecto de análise por parte de José d’Encarnação (1987-1988), que, na senda do que já então estudara em relação a André de Resende, se apressou a ver nesse segundo texto mais uma ‘invenção’ renascentista, porventura saída das mãos do próprio Resende. Já se viu como fora apressada tal suposição: primeiro, porque da epígrafe só se terá conhecimento dois séculos depois; em segundo lugar, porque – como muito bem frisou D. Fernando de Almeida – ao tempo do Renascimento, era grande o cuidado em utilizar caracteres normalmente aproximados do tipo monumental quadrado, o que, no presente caso, não acontece.

A paleografia foi, no entanto, o aspecto sobre que Encarnação mais se apoiou para não atribuir a epígrafe à época romana, mesmo tardia que fosse. E foi, sem dúvida, o evidente paralelismo gráfico com a cópia da epígrafe de *Voconio Paullo*, nos estranhos enlases das letras, que mais o levou a essa conclusão.

Estranhou, além disso, na sequência do seu mestre, D. Fernando de Almeida, o inusitado acumular de adjectivos, assim como o facto de o fragmento mostrar «praticamente intactas duas linhas – a 2<sup>a</sup> e a 3<sup>a</sup> – onde se incluem dois vocábulos muito importantes: CIVITATIS MI/RIETANORVM», tendo sido – estrategicamente, em seu entender – ocultado o nome da flamínica, «como que para envolver o todo num certo ar de mistério». Acentuou, por seu turno, a estranheza que pode provocar o facto de a epígrafe, dedicada pelos filhos e pelos netos, se referir a um tempo antigo – *temporis sui* – como se a morte tivesse ocorrido há muito tempo e só agora ocorresse fazer-se o seu epitáfio. Tal melhor se compreenderia se a iniciativa tivesse partido da própria *civitas Mirietanorum*. Aliás, nesse contexto – e não neste – melhor se entenderia o uso da palavra *femina* cujo uso não parece ‘ligar’ com *mater* e *avia*, de conotação muito mais íntima, por os dedicantes serem os filhos e os netos. Em suma, afigura-se-lhe haver aqui toda uma efabulação mais literária do que epigráfica, mormente – pode acrescentar-se – por se não tratar de um epitáfio poético.

Conclui José d'Encarnação que, em seu entender, tanto as características físicas do monumento (sobretudo o facto de ser um fragmento inteligentemente pensado) como o propósito que do texto decorre são motivos bastantes para duvidar da sua autenticidade:

«Há no seu texto um móbil importante: localizar aí a capital duma eventual tribo dos *Celtici* – os Mirietanos – povo que nenhuma fonte nossa conhecida refere. Daí estarem perfeitamente legíveis as palavras **Civitatis Mirietanorum** e completas as linhas onde elas se encontram».

E perora:

«O resto não interessava; por isso, a inscrição é apenas um fragmento: completa poderia suscitar mais dúvidas quanto à sua autenticidade» (p. 61).

Em IRCP, p. 300, livro publicado em 1ª edição em 1984, o autor retoma o que escrevera e chama a atenção para o facto de, na publicação anterior, não haverem sido incluído as imagens elucidativas (que virão a ser inseridas na publicação do texto *on line* – veja-se bibliografia).

#### **4. A utilização desta epígrafe como fonte histórica**

Tal como se poderia suspeitar, os objectivos propostos foram conseguidos, na medida em que a referência a uma nova *civitas* e a uma nova flamínica não deixava de ser deveras aliciante.

##### **4.1. Jorge de Alarcão**

Assim, depois de referir que «o Alentejo era ocupado, à data da conquista romana, pelos *Celtici*», Jorge de Alarcão levanta «o problema de saber se os *Celtici* constituíam uma tribo, ou se o nome não é um colectivo para designar várias tribos dotadas, cada uma, do seu nome próprio». Alude, nesse âmbito, à inscrição de Vila Nova da Baronia, para dizer que os Mirietanos poderiam ser, de facto, uma dessas tribos. Perora, porém: «Infelizmente, a inscrição é falsa e a existência dos Mirietanos mais que duvidosa» (1976, pp. 7-8).

Essa passagem reproduz, mais ou menos, o que escrevera em 1974 (pp. 17-18), onde qualificara a inscrição de «duvidosa» e acrescentara a pergunta: «Ou seriam antes os Mirietanos uma das tribos germânicas que possivelmente acompanharam os Celtas invasores da Península?».

#### **4.2. António Tovar**

António Tovar, no seu rol sobre os topónimos da Lusitânia, inclui a *civitas Mirietanorum*; mas escreve: «Talvez esta inscrição com as suas peculiaridades paleográficas seja uma falsificação antiga» (1976, p. 215).

#### **4.3. Javier del Hoyo**

Do mesmo parecer não é, todavia, Javier del Hoyo (1987, p. 197-198): segundo este autor, o texto é autêntico e afirma não ser de estranhar que haja mais do que uma flamínica na mesma zona, considerando, pois, não justificável a dúvida posta por D. Fernando de Almeida. No texto de 2003, em que aponta o exercício do sacerdócio feminino como forma de a mulher poder integrar-se nas estruturas municipais de governo, já não apresentará, todavia, esta flamínica, descartando a epígrafe como «mui duvidosa», com base em Almeida (1970, p. 379).

#### **4.4. José Manuel Garcia**

José Manuel Garcia, que empreendeu a revisão das inscrições romanas achadas no território actualmente português de âmbito religioso, refere-se à palavra *flaminica* presente na epígrafe, mas declara: «Encarnação (IRCP p. 300) mostrou que se tratava de uma falsificação» (1991, p. 567).

#### **4.5. José A. Delgado**

José A. Delgado, ao traçar o quadro dos sacerdotes com funções locais identificados na Lusitânia romana, inclui também o texto de Vila

Nova da Baronia entre as «inscripciones de autenticidad dudosa» (2000, p. 147-148):

«En mi opinión, los argumentos planteados en IRCP siembran efectivamente dudas razonables sobre la autenticidad del texto».

Anota, contudo, que não há motivo para estranhar a existência de mais do que uma flamínica no mesmo local, «tanto porque el flaminado era un cargo anual y por tanto es normal que aparezcan varios testimonios en una misma ciudad, como porque este tipo de sacerdocio non fue exclusivo de colonias y municipios, pues se constata en ciudades no privilegiadas. Por otra parte, el hecho de que la *civitas Mirietanorum* no sea mencionada por ninguna otra fuente, no es indicio necesariamente de falsedad» (*ibidem*).

Tem José António Delgado inteira razão; aliás, nenhuma dessas duas ‘suspeitas’ havia sido apontada em IRCP!

#### 4.6. Leonard Curchin

Leonard Curchin, ao traçar, a partir da toponímia, o perfil linguístico da Lusitânia republicana (2000), afirma, a dado passo:

«É, aliás, possível que *Mirobriga* (dos Vetões), *Merobriga* / *Meribriga* (Santiago do Cacém) e a *Mirietanorum civitas* possam referir-se a divisões de terreno, <\*(s)mer- «partilhar» (cf. grego *mera* «partida, divisão»)» (p. 96).

Pressupõe esta afirmação que não põe em dúvida o valor documental da epígrafe.

#### 4.7. Salinas de Frías e Juana Rodríguez

Salinas de Frías e Juana Rodríguez incluem esta flamínica de nome desconhecido entre as *inscripciones falsae vel suspectae*, justificando essa inclusão por, em IRCP p. 300, ela haver sido

rechaçada «sobre la base de inexistencia de uma desconocida *civitas Mirietanorum*» (2016, p. 241).

#### 4.8. Jorge Feio

O maior defensor da autenticidade do texto é, sem dúvida, Jorge Feio, natural de Alvito, que, também por isso, não regateia meios para enaltecer os vestígios arqueológicos da sua terra natal.

Versa a sua dissertação de Mestrado (2010) sobre as marcas arquitectónico-artísticas da cristianização do território entre Évora e Beja e, como pode partir-se da hipótese de que a inscrição data dos séculos IV ou V, declara que a epígrafe de Vila Nova da Baronia se enquadraria bem no contexto religioso dessa época: a ermida de São Neutel (actual Igreja de Sant'Águeda) e a existência – relatada por Pinho Leal (s. v. «Vila Nova da Baronia», p. 807) – do «convento de *Mujadarem* ou *Mongedarem* (*monges d'além*), convento beneditino do tempo dos godos, destruído pelos árabes e depois reedificado e dado aos franciscanos com o título de Nossa Senhora dos *Mártires*, em memória dos monges nele martirizados pelos mouros». E acrescenta ainda Pinho Leal que o convento poderia ter sido fundado por Santo Eleutério, «sendo fora de dúvida» que esse santo ali viveu e teve culto.

Essa tradição, aliada aos resultados dos trabalhos arqueológicos por si desenvolvidos na área – identificação de *villae* romanas, por exemplo – levou Jorge Feio a enquadrar todos esses elementos. Atendendo ao facto de a inscrição ter sido encontrada na ermida de Santa Águeda e daí transportada por Frei Francisco de Oliveira para Vila Nova da Baronia, é de opinião que a ermida teria surgido sobre as ruínas de um templo romano (e daí o frade ter falado da deusa Diana, num momento – recorde-se – em que Évora se vangloriava de ter o seu templo a Diana) e esclarece:



«A Ermida de Sant'Águeda está muito bem documentada, quer na cartografia do século XIX (Gerardo Augusto Pery, por exemplo), quer nos vários documentos que tratam das fronteiras do então concelho de Vila Nova da Baronia, extinto em 1836 (...). A ermida marcava a fronteira com o então concelho do Torrão. Foi construída sobre as ruínas do "Monasterium Udivelis", edificado no século VI e destruído nos meados do século IX. Nas imediações, debaixo das águas da actual Barragem de Odivelas estava a "villa" romana; a 25 m em linha recta passava a importantíssima via que ligava Lisboa a Beja, por Alcácer do Sal. A cerca de 150 m em linha recta, tínhamos o limite de três cidades: *Salacia, Pax Iulia e Ebor...* ou a *Civitas* dos Mirietanos».

E comenta, a concluir:

«Não me espanta que os Mirietanos não tivessem subsistido na memória: não eram importantes para os geógrafos romanos (eram os tais pequenos povos que não interessavam). Agora, o sítio arqueológico de São Romão tem mais de 12 ha...».

É nas pp. 98-99 da sua dissertação que expressamente se dedica à epígrafe, rebatendo os argumentos aduzidos em favor da não atribuição da inscrição à época romana:

«Com efeito, em nosso entender, esta inscrição poderá não ser falsa, transmitindo-nos um conjunto de informações muito precisas e importantes no que diz respeito à existência de uma *civitas* até agora desconhecida nesta zona do Alentejo, bem como da existência do culto imperial no final do Baixo-império. Aliás, a indicação que a defunta foi religiosíssima no seu tempo poderá indicar a necessidade de justificar num período de domínio cristão a sua religiosidade pagã. Por outro lado, esta inscrição foi encontrada na segunda metade do século XVIII [...]. Por fim, existe um sítio arqueológico à saída de Alvito para Água de Peixes, com mais de 15 ha de materiais à superfície, com ocupação entre, pelo menos, finais do século I a. C. e a actualidade. O excesso de superlativos parece ser algo comum em várias inscrições hispânicas do século IV [...]. A própria necessidade de justificação de que a mãe/avó foi religiosíssima no seu tempo pode dar a entender que esta inscrição é posterior a 380, data em que o Cristianismo passa a ser a única religião oficial do império, pelo que teria sido "pagã" por esse motivo».

## 5. Conclusões

Há, por conseguinte, que justificar o título deste ensaio: porquê 'mistério'? Porquê 'suspeito'?

**Mistério**, porque esta inscrição parece surgir do nada como dedicatória à deusa Diana, sem a mínima informação sobre o que nela estaria consignado. E **a suspeição** resulta, como se disse, de parecer apresentar-se como fragmento, sim, mas em que há elementos estrategicamente colocados sem dificuldade de leitura, porque são esses os mais sintomáticos para mostrar a importância e a antiguidade do local: as palavras *flaminica perpetua* e a entidade a que esse cargo sacerdotal estava adscrito: a *civitas Mirietanorum*. Apresentada como epitáfio familiar e não, sublinhe-se, como dedicatória mandada preparar por uma comunidade, a inscrição traz a idade da defunta, as habituais fórmulas funerárias finais, a identificação dos dedicantes (os filhos e os netos), variados elogios em superlativo, mas... ‘perdeu-se’ o nome da defunta!...

E se, em relação ao mistério, pouco se poderá acrescentar enquanto outros dados não surgirem, a suspeição encontra argumentos, pelo menos em duas circunstâncias:

– Se, muito perto, em S. João dos Azinhais, havia memória de uma emeritense que fora flamínica da Lusitânia e perpétua não apenas da capital, *Emerita*, mas também do *municipium Salaciense*, uma inscrição que mostrasse que também uma houvera por estouras paragens próximas, mas já do *ager Pacensis*, viria mesmo a calhar! Anote-se, de novo, que, do ponto de vista histórico, não há razão para se estranhar a existência de mais do que uma *flaminica* no mesmo município ou colónia, porque – frisou-o bem José Antonio Delgado – o cargo é anual.

– A segunda circunstância, que vem na sequência desta, prende-se com o clima de engrandecimento da cidade de Beja que no século XVIII se vivia, na rivalidade com Évora. André Resende pensara em atribuir à sua Évora uma flamínica, *Laberia Galla*; ¿porque não haveria a cidade de *Pax Iulia* – sim, Beja e não Badajoz, como Gonçalo

Xavier d'Alcáçova e vários outros tiveram ocasião de provar! – ou uma das *civitates* do seu *ager* gozarem de nobre flamínica também?

Assinalou-o Marta Páscoa com justeza, em relação a esse século XVIII:

«Foi este o mais pródigo período de escrita relativa às memórias e antiguidades de Beja» (p. 123).

Aliás, esse movimento já vinha do século anterior e não esmoreceu. Cite-se de novo Marta Páscoa:

Aquilo que podemos dizer é que o século XVII foi pródigo, pelo menos pela quantidade, no número destas Histórias que, mesmo que em nada contribuíssem para o crescimento qualitativo do género histórico, pelo menos provavam o empenho dos seus habitantes (pelo menos dos mais eruditos) em restaurar a importância e dignidades da antiga Pax Julia. Com o mesmo objectivo sofreu a cidade neste século obras artísticas de considerável valor, tal como o prova Vítor Serrão:

"A qualidade artística das obras desenvolvidas em Beja no tempo de D. Pedro II, de que a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres constitui um caso por demais exemplar, prova à saciedade esse não-escondido desejo assumido pela sociedade bejense desses anos em reivindicar para a sua cidade um protagonismo idêntico ao que a Diocese de Évora de há muito estava dotada" (p. 259, que remete para Serrão 1996/1997, p. 266).

E Frei Francisco de Oliveira – como o prova, entre outras, a sua obra *Memórias para a História da Província do Alentejo*, de que Marta Páscoa transcreve substancial excerto no II volume da sua dissertação (Documento n.º 6, p. 19-85) – entra cabalmente nesse rol panegírico.

Perguntar-se-á: ¿Terá o frade mandado lavrar a epígrafe? Aparentemente, não, dado que os seus conhecimentos epigráficos não seriam bastantes para tal, como o provam também as desajeitadas transcrições que faz nas citadas *Memórias*. De resto, ¿não diz ele que se trata de uma inscrição a Diana, quando nada, no texto, o poderia indicar, mesmo para um leigo na matéria?

A possibilidade de as entidades locais – o proprietário do imóvel, com a prestimosa colaboração do Município de Alvito e o acompanhamento de um arqueólogo – procederem à extracção do monumento, a fim de se lograr vê-lo na totalidade afigura-se, de momento, a melhor solução para ajudar na resolução das dúvidas que levanta. Recorde-se, de novo, o que sucedeu com a atrás citada epígrafe do *medicus Pacensis* que se pensou ser placa (IRCP 144) e era altar.

E importa voltar à análise paleográfica.

Considerou José d'Encarnação (1971-1975, p. 61) que, do ponto de vista paleográfico, os múltiplos nexos e inclusões que esta inscrição apresenta eram em tudo semelhantes aos que surgem em CIL II 18\*, a epígrafe de *Voconius Paullus* forjada por André de Resende.

Hoje, porém, já se coloca outra hipótese: esta inscrição de *Voconius Paullus* foi, não parece haver dúvida, forjada por André de Resende; mas a cópia que se guarda no Museu Nacional Frei Manuel de Cenáculo, de Évora, não foi seguramente mandada fazer por ele – que de paleografia romana autêntica tinha conhecimentos fortes – mas por alguém, aí por altura do neoclassicismo do século XVIII.

Ou seja, não encontraria objecções, do ponto de vista paleográfico, a atribuição do letreiro a esse século, tanto mais que é nessa altura que o frade a traz para a parede da Casa do Despacho da Misericórdia, em Vila Nova da Baronia. Ir-se-ia longe de mais se se adregasse dizer que este poderia ter sido o mesmo artífice que também fez, com base no texto de Resende, a cópia do Vocónio Paulo que ora se mostra no Museu. O autor do letreiro de Vila Nova da Baronia era conhecedor dos textos antigos, mas não se preocupou em imitar a paleografia romana.

Por aí se deverá, conseguintemente, encaminhar a futura investigação.

Importa clarificar o que tanto D. Fernando de Almeida como José d'Encarnação assinalaram quanto ao uso – considerado 'literário', pouco epigráfico – de algumas palavras e expressões. Hoje, que dispomos de melhores termos de comparação, é possível estabelecer paralelos.

De facto, são comuns e estão aqui claramente decalcados de outras epígrafes autênticas superlativos como o muito vulgar *piissima*, mas também *puclisslma* e *religiosissima*. Recorrendo à base de dados ECDS, assinalam-se, a título de exemplo:

– *Cornelia Cocceia*, cujo epitáfio se encontrou em Óstia antiga, é qualificada pelos pais de *puclisslma et religiosissima* (EDCS – 05700343);

– a vestal máxima Terentia Rufilla foi homenageada, em Roma, como *sanctissima religiosissima puclisslma praestantissima* (EDCS-18100858);

– também em Roma, *Aurelia Martina* é celebrada como *castissima adque puclisslma femina* (EDCS-39000406);

– de *Coelia Claudiana, virgo Vestalis maxima*, se diz que foi *sanctissima, religiosissima ac super omnes piissima*, numa inscrição que está datada de 286 a 306 (Roma – EDCS-21600013); e, noutra inscrição (EDCS-21600014), datada de 266 a 306, *sanctissima, religiosissima, pientissima*;

– *Matrinia*, por seu turno, já no âmbito das inscrições cristãs (está datada de 376 a 400), foi recordada por filhos e netos como *sanctissima et religiosissima femina* (EDCS-30500214).

Terminologias, portanto, documentadas. E não deixa de ser sugestiva a aproximação dessa inscrição de *Matrinia* com a da *flaminica* que nos ocupa, sendo, realmente, toda essa terminologia típica da 2ª metade do século III em diante e já em contexto cristão.

Se o uso de *femina* se afigura, na inscrição de Vila Nova da Baronia, decalcado da expressão *clarissimae memoriae femina*, com que, nas epígrafes, se homenageia uma matrona da ordem senatorial, a expressão *temporis sui* não parece ter sido frequente; surge, por exemplo, para enaltecer *L. Aurelius Pylades*, um liberto do imperador Cómodo (185-192), *pantomimus temporis sui primus*, «o maior pantomimo do seu tempo» (EDCS-59900071 *et passim*).

Consequentemente, o texto não patenteia, afinal, extravagâncias de que se não encontrem outros testemunhos.

Em síntese:

1 – A retirada do letreiro da parede onde se encontra revela-se fundamental para melhor se entender a sua tipologia.

2 – O facto de a epígrafe se apresentar recortada e nela se destacarem, como que por milagre, os dados históricos mais relevantes (ser *flaminica perpetua civitatis Mirietanorum*), continua a causar suspeição, mormente por ter ‘desaparecido’ o nome da defunta (o anonimato permite uma aceitação mais fácil, sem o perigo de se tentarem paralelos onomásticos...).

3 – Causa suspeição também o silêncio de Frei Francisco de Oliveira: sendo a epígrafe de tamanha importância para mostrar que ali houvera um templo a Diana (não era só Évora que o tinha!...), não poderia ter tentado uma leitura? É que, na verdade, nenhuma sequência de letras da actual inscrição daria, em princípio, azo a ler-se DIANA. Está-se, naturalmente, a partir do princípio de que foi este o letreiro que o frade salvaguardou.

4 – É de estranhar igualmente que, tendo tido conhecimento da existência da inscrição (a Diana), nem Cornide – que, como vimos, lhe fez referência – nem Pérez Bayer, tendo passado por perto, não hajam manifestado interesse em a ver, sendo fora do comum, de resto, a afirmação de Cornide «que me parece cae entre Alvito, Viana y Torraom». Ninguém o terá informado onde ficava Vila Nova da Baronia...

5 – Está a ser aceite pelos investigadores que o letreiro é realmente suspeito; por isso, esta possível flamínica já não figura no rol das flamínicas documentadas na Lusitânia.

6 – Por outro lado, salvo a iniciativa de Curchin, igualmente se não tecem já considerações acerca do eventual ‘celtismo’ do suposto etnónimo *Mirietani*, comparando-o com palavras como *Mirobriga*. Corria-se o risco que foi o dos investigadores que amplamente se esforçaram por encontrar a etimologia de *Arciania*, suposto antropónimo que resultara de uma leitura incorrecta (Encarnação & Ribeiro 1998).

7 – O notável trabalho que está a ser desenvolvido por Jorge Feio no âmbito da identificação dos vestígios arqueológicos vai requerer uma pesquisa documental passível de nos explicar por quem e quando, afinal, esta inscrição foi preparada. Esse necessário compasso de espera não traz, todavia, desdouro à relevância que o território de Alvito teve desde a Idade do Ferro até aos nossos dias.

Enquanto essa luz não surgir e a pedra se não retirar da parede, o fragmentário letreiro de Vila Nova da Baronia deve, pois, continuar envolto num manto de mistério e suspeição!

## Bibliografia

ABASCAL, Juan Manuel e CEBRIÁN (Rosário), *Los Viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2009.

ALARCÃO, Jorge de, *Portugal Romano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1974.

ALARCÃO, Jorge de, “Sobre a economia rural do Alentejo na época romana”, *Conimbriga*, Coimbra, XV (1976), pp. 5-44.

ALCÁÇOVA, Gonçalo Xavier d', *Dissertação do senhor Gonçalo Xavier de Alcáçova sobre a queda de Beja e a cidade de Beja que antigamente se chamou a Pax Julia dos romanos, ou a cidade de Badajoz*, s. l., [1759] [consultado por Marta Páscoa].

ALMEIDA, Fernando de, “Mais uma «flamínica» na bacia do Sado”, *Revista de Guimarães*, Guimarães, 80 (1970), pp. 377-380.

CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, tomo III, parte V, Lisboa, Livraria Castro e Silva, 1763.

CURCHIN, Leonard A., “Implantation et toponymie: vers un profil linguistique de la Lusitanie républicaine”, in GORGES, Jean-Gérard e NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed. lit.), *VII Table ronde sur la Lusitanie Romaine. Naissance de la Lusitanie Romaine (I av. J. C.- I ap. J. C.)*, Toulouse : Université de Toulouse-Le Mirail, 2010, pp. 93-100.

DEL HOYO, Javier, “El sacerdocio femenino, medio de integración de la mujer en las estructuras municipales de gobierno”, in ARMANI, Sabine, HURLET-MARTINEAU, Bénédicte e STYLOW, Armin U. (edit.), *Epigrafía y Sociedad en Hispania durante el Alto Imperio: Estructuras y Relaciones Sociales*, Alcalá, [Universidad de Alcalá – Casa de Velázquez](#), 2003, 129-140.

DELGADO DELGADO, José A., “Los sacerdotes de rango local de provincia romana de Lusitania”, *Conimbriga*, Coimbra, XXXIX (2000), pp. 107-152.

EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby, acessível em <http://www.manfredclauss.de/gb/>

ENCARNAÇÃO, José d', “Autenticidade em Epigrafia – as inscrições de Cuba e Vila Nova da Baronía”, *Arquivo de Beja*, Beja, 28-32 (1971-1975), pp. 57-62. <http://hdl.handle.net/10316/23415>

ENCARNAÇÃO, José d', “Arqueologia e Epigrafia: uma complementaridade a potenciar”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 33 (1-2) (1993), pp. 313-327. <http://hdl.handle.net/10316/28710>

ENCARNAÇÃO, José d' e RIBEIRO, José Cardim, “Divagações linguísticas em torno dum epitáfio romano reencontrado”, *Humanitas*, Coimbra, L(1) (1998), pp. 189-197. <http://hdl.handle.net/10316/25289>

FEIO, Jorge Manuel da Palma Moreira, *Marcas Arquitectónico-Artísticas da Cristianização do Território entre Évora e Beja*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Especialização em História da Arte da Antiguidade, FCSH-UNL, Lisboa, Setembro 2010.



GARCIA, José Manuel, *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações as "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991:

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013. <http://hdl.handle.net/10316/578>.

LEAL, A. S. A. B. de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: dicionário geographico, estatístico, chrographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, XI, Lisboa, Typographia Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873.

PÁSCOA, Marta Cristina Relvas Janeiro, *Fr. Francisco de Oliveira – A escrita da História Regional e Local no século XVIII* [Dissertação de Mestrado em História Regional e Local – Departamento de História – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], Lisboa, 2002. 2 volumes de que o II é o Apêndice Documental.

RODRÍGUEZ CORTÉS, Juana e SALINAS DE FRÍAS, Manuel, "Prosopografía de Lusitania romana", *Conimbriga*, Coimbra, 55 (2016), pp. 221-250.

SERRÃO, Vítor, "O conceito de totalidade nos espaços do Barroco Nacional: A obra da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Beja (1672-1698)", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 5ª série, n.º 21/22 (1996/1997), pp. 245-267.

TOVAR, Antonio, *Iberische Landeskunde. Lusitania*, Baden-Baden, Verlag Valentin Koerner, 1976.

VIANA, Abel, *Museu Regional de Beja – Secção Lapidar*, Beja, 1946. [Separata do *Arquivo de Beja* I 1944, 349-364, II 1945 97-128 e 232-265 – com numeração das páginas própria].